CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO, PROPRIEDADE E PRODUTIVIDADE EM DETRIMENTO DO MEIO AMBIENTE

Autor(res)

Joana Silvia Mattia Debastiani
Erico Lopes Felipeto
Daiana Da Silva Leite
Marieli Follador
Juceli Calinowski

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ERECHIM

Resumo

Uma breve análise do Código Florestal que, “é a lei que institui as regras gerais sobre onde e de que forma a vegetação nativa do território brasileiro pode ser explorada”. O presente trabalho visa abordar quais são os impactos ambientais primários, os reflexos para o futuro, quem foram os reais beneficiados e quais as mudanças até agora, com a criação da Lei 12651/2012. O presente trabalho reger-se-á pelo método de abordagem indutivo, com enfoque qualitativo, uma vez que se vale de um tema geral para a análise de um tema específico: a polêmica entorno da criação do novo Código Florestal, com a criação dos institutos da anistia e uso consolidado, legalizando desmatamentos passados e autorizando futuros. Quanto à técnica de pesquisa, o trabalho utilizar-se-á de revisão bibliográfica, artigos científicos, coleta de jurisprudência, análise de conteúdo de argumentos jurisprudenciais, dentre outras.
Irrefutável a escolha da legislação pelo critério mais perverso existente no sistema capitalista que é a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos. Observa-se ano após ano o superavit da balança comercial no setor primário, sem impactos relevantes na economia popular, mas de extrema relevância para uma camada muito específica, no entanto, no que se refere aos prejuízos ambientais, esses serão de todos.